



República de São Tomé e Príncipe

Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul

Projecto Digital de São Tomé e Príncipe – P177158

**PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES
INTERESSADAS E AFECTADAS – PEPI**

Março 2022

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento	4
Tabela 2: Partes Interessadas e Afectadas divididas por Categoria em cada Componente	11
Tabela 3: Necessidades das Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto e estratégia de engajamento	22
Tabela 4: Proposta do Plano para consulta das PIAs no Projecto	28

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações	37
---	----

ABREVIATURAS

3G	Terceira Geração (Sistema de Comunicação Móvel)
4G	Quarta Geração (Sistema de Comunicação Móvel)
ACE	Costa de África para a Europa / <i>Africa Coast to Europe Optical Fiber Submarine Cable</i>
AFAP	Agência Fiduciária de Administração de Projectos
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AGL	Autoridades Governamentais Locais
AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
AGER	Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Águas e Correios
AT	Assistência Técnica
BM	Banco Mundial
CGP	Comité de Direcção do Projecto
CERC	Componentes de Resposta a Emergência Contingente / <i>Contingent Emergency Response Components</i>
CERT	Equipa de Resposta de Emergência de Computador / <i>Computer Emergency Response Team</i>
COVID-19	Doença provocada pelo Coronavírus 2019
COS	Centro de Operações de Segurança
COR	Centro de Operações de Rede
CP	Consultas Públicas
CST	Companhia Santomense de Comunicações
DE4A	Economia Digital para África / <i>Digital Economy for Africa</i>
DGA	Direcção Geral do Ambiente
DGRN	Direcção Geral dos Registos e Notariado

DITEI	Direcção de Tecnologia e Inovação
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
EPP	Estrutura de Parceria do País
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FSAU	Fundo de Serviço de Acesso Universal
GB	Gigabite
GMS	Grupo Multi-sectorial
GoSTP	Governo de São Tomé e Príncipe
IDA	Associação Internacional para o Desenvolvimento / <i>International Development Association</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIC	Instituto de Inovação e Conhecimento
INPG	Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género
MCP	Mobilização de Capital Privado
MDAs	Ministérios, Departamentos e Agências
M&A	Monitoria e Avaliação
MD	Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha
MFD	Maximização do Financiamento para o Desenvolvimento
MGQR	Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações
MIP	Manual de Implementação do Projecto
MIRN	Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente
MJAPDH	Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos
MPFEA	Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul
OCB	Organização Comunitária de Base
OSC	Organizações de Sociedade Civil
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
ODP	Objectivo de Desenvolvimento do Projecto
ONG	Organização Não Governamental
ORM	Operadora de Rede Móvel
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PIB	Produto Interno Bruto
PRIC	Projecto Regional de Infraestruturas de Comunicação

PSI	Provedores de Serviços de Internet
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
PPP	Parcerias Público-Privadas
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
STP	São Tomé e Príncipe
SIT	Serviços Internacionais de Telecomunicações
SPV	Entidade com Propósito Especial / <i>Special Purpose Vehicle</i>
TI	Tecnologias de Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UT	Unidades Técnicas

• INTRODUÇÃO

Em 2012, São Tomé e Príncipe (STP) mudou de links de satélite para conectividade internacional através do ACE (Costa de África para a Europa), um sistema de cabos submarinos de fibra óptica, que oferece capacidade o suficiente de baixo custo para curto e médio prazo. Com o apoio do projecto *Central African Backbone* (CAB) do Banco Mundial, o Governo de STP conseguiu fazer o investimento de 25 milhões de dólares necessário para se tornar membro do consórcio ACE. O cabo ACE (com uma capacidade de design de 12,8 Tbit/s) fornece a STP capacidade mais do que suficiente para suas necessidades actuais e de médio prazo, especialmente porque a capacidade internacional total usada em 2019 reduziu 33% para apenas 3 Gbps. A Companhia Santomense de Comunicações (CST) utiliza actualmente cerca de 2Gbps de capacidade internacional enquanto a Unitel STP utiliza apenas cerca de 120Mbps. Uma entidade de propósito especial, a STP Cabo, foi estabelecida como uma Parceria Público-Privada (PPP) para gerenciar a estação de pouso e a participação do país na capacidade do ACE, com o objectivo de fornecer acesso aberto e capacidade atacadista baseada em custos. Os accionistas da STP Cabo têm acesso à capacidade numa base pro-rata, reflectindo o seu nível de participação accionista. As acções foram vendidas para a CST e Unitel STP, que agora possuem toda a empresa, excepto por uma participação muito pequena do governo.

A ligação de *backbone* doméstico entre as ilhas de São Tomé e Príncipe é insuficiente para dar resposta às actuais necessidades. O link de rádio de microondas implantado em 2015 atingiu a saturação para o operador dominante e não é confiável, especialmente durante a precipitação sazonal que dura de Setembro a Maio. Com 176 km, é uma das rotas de microondas mais longas do mundo e oferece 300 Mbps de capacidade, divididos 50:50 entre as duas operadoras. Enquanto a participação da CST no link atingiu a saturação e requer capacidade adicional, a Unitel STP usa apenas cerca de 20% de sua capacidade devido à sua pequena participação de mercado. Embora a Unitel STP pudesse vender parte da sua quota de excesso de capacidade à CST para cobrir as suas necessidades de curto prazo, isso consolidaria ainda mais a liderança da CST no mercado. Em todo o caso, ambos os operadores reconhecem que é necessária mais capacidade para servir a população e os negócios do Príncipe com banda larga de alta velocidade.

O Governo de STP publicou em 2020 a sua estratégia nacional de governo digital que enquadra e integra um conjunto de iniciativas de transformação digital para melhorar a prestação de serviços públicos digitais. A estratégia se concentra em nove sectores para fornecer serviços de governo para cidadão (G2C). Para apoiá-los, propõe-se uma série de pilares estruturantes: tecnológico, legislativo e administrativo. Entre as várias iniciativas, são propostos um data center nacional, um Portal Único GOV.ST, identidade digital, plataformas de autenticação, entre outros. O Governo de STP começou a implementar algumas das iniciativas em parceria com o PNUD, com o objectivo de

consolidar os diferentes sistemas governamentais numa nova infraestrutura digital. Uma vez que os blocos de construção de conectividade, identificação, interoperabilidade/troca de dados e pagamentos (a "pilha digital") estejam em vigor, há potencial para o governo de STP ser um impulsionador da transformação digital em sectores estratégicos.

A Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) concordou em financiar o Projecto Digital de São Tomé e Príncipe (PDSTP) no valor de 21 milhões de Dólares Americanos.

- **Descrição do Projecto**

O projecto foi concebido para construir as bases para o desenvolvimento acelerado da economia digital de STP. Com base nas conclusões e recomendações da DEA realizadas em 2020-2021, as actividades do projecto buscarão aumentar a adopção digital, expandindo o acesso e a acessibilidade dos serviços de internet de banda larga. O projecto também buscará criar um governo habilitado digitalmente, financiando facilitadores de governo digital transversais que possam aumentar a capacidade de prestação de serviços públicos digitais por meio de estruturas de governança compartilhada e serviços digitais.

O projecto também foi concebido com base nas abordagens de maximização do financiamento para o desenvolvimento (MFD) e mobilização de capital privado (MCP). Visa alavancar o investimento privado na conexão de cabos submarinos, na medida do possível. A Parceria Público-Privada (PPP) garantirá a sustentabilidade e operacionalização dos investimentos no longo prazo. Além disso, o projecto buscará atrair financiamento comercial, fornecendo suporte a uma estrutura regulatória aprimorada, como partilha de infraestrutura para reduzir os custos de implantação e manutenção da rede. Além disso, os investimentos públicos fornecerão um caminho para uma maior participação do sector privado, reduzindo o risco do investimento e fornecendo subsídios catalíticos para a expansão da infraestrutura.

- **Objectivo do projecto e Resultados Intermediários**

O objectivo de desenvolvimento do Projecto (ODP) é melhorar a equidade e sustentabilidade dos serviços de telecomunicações entre São Tomé e Príncipe e reforçar a governação de dados, sistemas de dados e capacidade estatística.

Os seguintes indicadores de resultados a nível de ODP são propostos para medir as realizações:

(a) Melhorar a equidade e sustentabilidade dos serviços de telecomunicações entre São Tomé e Príncipe:

- Redução das horas perdidas por ano na ligação inter-ilhas devido a eventos climáticos (diminuição percentual).
- Velocidade média do serviço de internet banda larga fixa (Número(Mbps)). Este indicador será desagregado por localidade (São Tomé/Príncipe).

(b) Fortalecer a governança de dados, sistemas de dados e capacidade estatística:

- Número de regulamentos, políticas e leis relacionadas à infraestrutura digital e troca de dados adotadas por meio das atividades do projeto
- Número de transações na plataforma de interoperabilidade
- Preparação de uma base de amostragem mestre atualizada a ser usada para todos os inquéritos socioeconómicos oficiais em STP

- **Componentes do projecto**

O projecto é composto por quatro componentes integradas e que se reforçam mutuamente, com uma quinta componente dedicado à resposta contingente a futuras emergências.

Componente 1: Acesso Digital (valor indicativo equivalente a US\$ 13,35 milhões)

Esta componente irá centrar-se no apoio ao alargamento do acesso e adopção da banda larga através do financiamento da ligação da Ilha do Príncipe à rede internacional de cabos submarinos e da reforma do mercado de banda larga. Ao fortalecer o ambiente propício para o desenvolvimento do mercado de banda larga e serviços habilitados por dados, as actividades financiadas ajudarão a catalisar mais investimentos do sector privado em infraestrutura e expansão de serviços. Esta componente terá 3 subcomponentes:

Subcomponente 1.1: Ambiente propício para o desenvolvimento do mercado de banda larga e acesso digital (valor indicativo US\$ 1,0 milhões) - Esta subcomponente buscará desenvolver as estruturas políticas, legais, regulatórias e de governança que conduzam a um mercado de banda larga mais competitivo e vibrante que ofereça cobertura de rede expandida e serviço comercial de qualidade acessível. Os itens a serem financiados sob este subcomponente provavelmente incluirão: (i) Estruturas legais e regulamentações de telecomunicações novas e aprimoradas (equivalente a US\$ 1,0 milhão); (ii) Acessibilidade de dispositivos (equivalente a US\$ 0,75 milhão).

Subcomponente 1.2: Conectividade a Príncipe (equivalente a US\$11 milhões): Esta subcomponente terá como objectivo dinamizar o acesso à banda larga no Príncipe através do financiamento da conectividade à ilha. Esta subcomponente também se concentrará em projectos de infraestrutura com baixo consumo de energia e eficiência energética, com o desmantelamento da infraestrutura ineficiente de energia actual para contribuir para a adaptação climática a longo prazo. Esta subcomponente incluirá financiamento para: (a) Conectividade internacional a Príncipe (equivalente a US\$ 7,5 milhões); (b) Serviços de assessoria em transações para um mecanismo de investimento de parceria público-privada (PPP) (equivalente a US\$ 0,5 milhão).

Subcomponente 1.3: Conectividade Escolar (equivalente a US\$ 1,35 milhões): Esta subcomponente terá como objectivo acelerar a aceitação da banda larga, aumentando o acesso digital nas escolas e abordando as barreiras do lado da demanda que dificultam o acesso digital. As actividades neste subcomponente incluem: (a) Pré-compra de capacidade de internet em massa para escolas que estão actualmente conectadas (equivalente a US\$ 1,25 milhão). (b) Provisão para financiamento de equipamentos para escolas e estudantes (equivalente a US\$ 0,5 milhão).

Componente 2: Facilitadores para a entrega de serviços digitais (equivalente a US\$ 2,65 milhões)

Esta componente tem como objectivo aumentar a capacidade de STP para a prestação segura de serviços públicos digitais. Ela se concentrará em (i) o ambiente institucional, legal e de habilitação de políticas, (ii) fortalecer as capacidades de protecção de dados e segurança cibernética, (iii) reforçar a capacidade institucional da DGRN e actualizar o sistema de identificação digital de STP para permitir autenticação on-line inclusiva e segura para acessar serviços públicos, (iv) uma camada nacional de intercâmbio de dados para permitir a interoperabilidade de dados, (v) um portal de serviços governamentais e (vii) habilidades digitais para funcionários públicos. Seguirá a abordagem de todo o governo proposta pelo Governo de STP para modernizar o sector público do país. O projecto proposto financiará actividades de hardware, software e AT para ajudar a estabelecer as bases do governo digital. Ao melhorar as capacidades digitais da administração pública de STP em áreas prioritárias seleccionadas, o projecto expandirá a capacidade do país de fornecer serviços digitais e centrados no cidadão. As subcomponentes e actividades, seleccionados com base nas descobertas da DEA, demanda do cliente e complementaridade com projectos existentes, incluem:

Subcomponente 2.1: Quadros jurídicos, políticos e estratégicos. Esta subcomponente apoiará a coordenação institucional na economia digital e o desenvolvimento de governança compartilhada, estruturas estratégicas, regulatórias e legais que permitam a entrega segura de serviços digitais. AT e serviços de consultoria serão fornecidos ao MIRN, INIC, DGRN e APNDP de modo a apoiar à adopção de estruturas legais e regulatórias fundamentais para dimensionar serviços digitais, incluindo governança de dados e identificação digital. Os itens a

serem financiados sob esta subcomponente provavelmente incluirão: (a) Estruturas legais e regulamentações novas e actualizadas (equivalente a US\$ 0,6 milhão); (b) Estratégias nacionais e estruturas de governança (equivalente a US\$ 1 milhão).

Subcomponente 2.2: Serviços governamentais digitais partilhados. Esta subcomponente fortalecerá as capacidades digitais da administração pública de STP e apoiará investimentos em fundações de infraestrutura digital compartilhada para permitir um uso maior e seguro de ferramentas digitais. Isso será alcançado por meio de investimentos direcionados em fundações de governo digital, fortalecimento de proteções digitais e melhoria do sistema de ID e CR do país, em alinhamento com a Estratégia Nacional de Governo Digital de STP e seguindo uma abordagem incremental e de todo o governo. A subcomponente financiará: (a) Recursos de segurança cibernética e proteção de dados; (b) Interoperabilidade de dados; (c) Melhor qualidade dos sistemas de CR e ID e prestação de serviços; (d) Plataforma centralizada de serviços eletrônicos; (e) Apoio à capacidade para o INIC e treinamentos direcionados em habilidades digitais para servidores públicos (equivalente a US\$ 1,65 milhão).

Componente 3: Censo da População e Habitacional (equivalente a US\$ 3,0 milhões)

Esta componente irá apoiar a preparação e implementação do censo demográfico de 2023. Tem quatro objectivos técnicos: 1) fortalecimento da capacidade institucional de recolha, processamento e disseminação de dados estatísticos; 2) alinhamento da metodologia e técnicas estatísticas com os padrões internacionais; 3) reforço da confiança dos utilizadores nas estatísticas através de uma melhor estratégia de divulgação e marketing estatístico; e 4) implementação de modernas tecnologias de informação em todas as etapas do censo populacional. Esta componente terá 3 subcomponentes:

Subcomponente 3.1: Preparação- Esta subcomponente inclui todas as actividades necessárias para preparar a recolha de dados do censo principal. Estes incluem a montagem da estrutura organizacional necessária para realizar a recolha de dados do Censo, a preparação e implementação de uma campanha de comunicação, a actualização da cartografia e um censo piloto. A subcomponente financiará:

Subcomponente 3.2: Realização do Censo - Esta subcomponente apoiará a principal recolha de dados para o Censo de Habitação e População. Para melhorar a qualidade dos dados, o questionário do Censo Populacional será programado em Survey Solutions ou outro software CAPI com validação e verificações automáticas.

Subcomponente 3.3: Análise dos resultados e publicação dos resultados - Esta subcomponente financiará a análise de dados e preparação de tabulações e relatórios finais, e actividades de divulgação.

Componente 4: Gestão e Coordenação do Projecto (equivalente a US\$ 2,0 milhões)

Esta componente irá financiar a capacidade de gestão e coordenação de projectos do Mutuário, incluindo aquisições, gestão financeira (FM), monitoramento e avaliação (M&A), bem como gestão ambiental e social (A&S). Também buscaria apoiar a capacidade do sector público de atrair, construir e reter habilidades digitais e ajudaria a fortalecer a capacidade do MIRN. Especificamente, esse componente incluiria o seguinte: (i) Custos operacionais e de pessoal da Unidade de Implementação do Projecto (UIP), incluindo o recrutamento de consultores especializados em áreas-chave, como gerenciamento de projectos, assessoria técnica e apoio à implementação; (ii) Fortalecimento institucional das agências implementadoras e coordenação; (iii) apoio às actividades de envolvimento dos cidadãos ao longo do projecto, incluindo consultas regulares às partes interessadas e um mecanismo de resolução de reclamações (MRR) (iv) trabalho de M&A; e (v) garantia de qualidade para garantir a adesão às melhores práticas de compras relacionadas à tecnologia, facilitar o aprendizado no trabalho e transferir competências.

Componente 5: Componente de Resposta de Emergência Contingente (CERC) (valor US\$ 0M) - Este componente fornece uma resposta imediata a uma crise ou emergência elegível e antecipa as necessidades em caso de grandes choques econômicos, desastres climáticos ou naturais e emergências de saúde pública. Os projectos incluem um CERC para permitir o desembolso rápido de saldos não comprometidos de outros componentes para resposta a crises. O componente será acionado e desembolsado de acordo com um Plano de Ação de Emergência preparado pelo GoSTP e as modalidades de implementação do CERC, conforme descrito em um manual de implementação do CERC.

As componentes do projecto e respectiva alocação indicativa do orçamento estão representadas na Tabela 1.

Tabela 1: Componentes e Alocação Indicativa do Orçamento

Componentes	Alocação Indicativa (Milhões de US\$)
Componente 1: Acesso Digital - expandir a base de consumidores existente de serviços digitais e proporcionar uma melhor conectividade aos residentes da ilha do Príncipe.	13.35
Subcomponente 1.1: Ambiente propício para o desenvolvimento do mercado de banda larga e acesso digital	1.0
Subcomponente 1.2: Conectividade a Príncipe	11
Subcomponente 1.3: Conectividade Escolar	1.35
Componente 2: Facilitadores para entrega de serviços digitais - aumentando a capacidade do governo de fornecer serviços públicos de forma digital e segura.	2.65
Subcomponente 2.1: Coordenação institucional e quadros legais e de governança	1.0
Subcomponente 2.2: Serviços digitais partilhados	1.65
Componente 3: Habitação e Censo da População - a implementação bem sucedida do Censo da População 2023 do país, garantindo a qualidade dos dados e alta participação	3.0
Subcomponente 3.1: Preparação	2.5
Subcomponente 3.2: Recolha do Censo	0.7
Subcomponente 3.3: Análise dos resultados e disseminação	0.15
Componente 4: Gestão e Coordenação do Projecto – apoio à implementação do projecto	2.0
Componente 5: Componente de Resposta de Emergência Contingente	0.0
Total	21.0

- **Beneficiários do Projecto**

O projecto será implementado em todo o país, logo os seus beneficiários serão toda a população de São Tomé e Príncipe, incluindo indivíduos, empresas e agências governamentais, que receberão melhor acesso à banda larga e serviços digitais.

- **Indivíduos.** O projecto levará à entrega de serviços de banda larga melhores e mais acessíveis para a população de STP, e para a ilha do Príncipe em particular, que irá beneficiar de uma melhor conectividade digital. Isso permitirá que mais pessoas e famílias em áreas actualmente carentes acessem uma gama mais ampla de oportunidades digitais. Estudantes de escolas, TVET e universitários também se beneficiarão do acesso à banda larga.

- **Instituições governamentais.** Os principais beneficiários do projecto incluem: MIRN, AGER, INIC, DITEI, APNDP e DGRN. De maneira mais geral, as instituições públicas em todo o governo se beneficiarão da infraestrutura digital compartilhada, habilitando e aprimorando serviços G2G, equipamentos de TI e treinamentos de habilidades digitais. Os departamentos de todo o governo se beneficiarão por meio de uma capacidade aprimorada de gerenciar dados de maneira mais segura, confiável e econômica por meio da utilização de padrões, plataformas e sistemas comuns. Contagens actualizadas do censo serão importantes para o desenho do programa e alocação geográfica dos fundos públicos.
- **Sector privado.** O sector de telecomunicações será amplamente beneficiado porque o projecto permitirá a redução dos custos de implantação de rede em áreas desafiantes e promoverá um mercado mais competitivo e um ambiente seguro para operações online. O sector do turismo no Príncipe também beneficiará indiretamente, uma vez que os serviços de conectividade ao sector serão melhorados a longo prazo, alinhando-se com a estratégia do sector para o ecoturismo de alto nível na ilha.

- **Riscos e Impactos ambientais e Sociais do Projecto**

Classificação do Risco Ambiental - Substancial

O risco ambiental nesta fase é considerado substancial devido à análise dos prováveis riscos e impactos ambientais do projecto combinados com a capacidade actual do mutuário na gestão de riscos ambientais e sociais. Os potenciais riscos ambientais estão principalmente relacionados com as soluções de conectividade da componente 1, incluindo a implantação de um cabo submarino para ligar a Ilha de São Tomé à Ilha do Príncipe e aos respetivos locais de aterragem (valas de cabos e estação de cabos). A construção dos locais de desembarque do cabo submarino também pode gerar alguns impactos em espécies e habitats costeiros e marinhos sensíveis. Esses investimentos em construções são relativamente pequenos e provavelmente não afetarão o patrimônio construído, o patrimônio imaterial ou o patrimônio natural. Não são esperados riscos e impactos significativos durante a fase de operação. Além disso, é considerado o estatuto da Ilha do Príncipe como Reserva da Biosfera da UNESCO.

Classificação do Risco Social - Moderado

O risco social é classificado como moderado com base na natureza de suas actividades planeadas. Embora se espere que os benefícios sociais gerais do projecto sejam positivos, as obras de conectividade podem resultar em riscos sociais e impactos potenciais, incluindo: (i) impactos negativos de pequena escala relacionados ao reassentamento involuntário devido à aquisição de terras, deslocamento físico e econômico; (ii) riscos potenciais de Saúde e Segurança Ocupacional (SSO) e Saúde e Segurança Comunitária; (iii) possíveis baixos riscos de SEA/SH resultantes das obras; (iv) riscos menores de fluxo de trabalho, incluindo infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez na adolescência, casamento precoce e trabalho infantil; (v) potencial de riscos e impactos no patrimônio cultural, uma vez que a localização exata do cabo submarino e os locais de aterragem ainda não foram determinados; (vi) impactos negativos da inclusão social, como questões relacionadas à acessibilidade de novos serviços digitais, especialmente para deficientes, idosos, analfabetos e pobres; (vii) má gestão de dados de cidadãos digitalizados na criação de um serviço de identificação digital, como preocupações com privacidade, discriminação e possibilidade de abuso; e (viii) riscos relacionados a questões de segurança para a operação marítima, incluindo riscos de baixa pirataria.

O GoSTP irá preparar vários instrumentos do QAS para abordar os riscos acima. Com base no escopo do projecto, o GoSTP precisará preparar e divulgar os seguintes instrumentos antes da avaliação: (i) um Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), incluindo Procedimentos de Gestão de Mão de Obra (PGMO), Avaliação Social e VG, Código de Boas Práticas para Gestão de Resíduos Eletrônicos, Avaliação de Riscos de Segurança e Plano de Gestão da Biodiversidade; (ii) um Quadro de Política de Reassentamento (QPR); e (iii) um Plano de Engajamento de

Partes Interessadas (PEPI). O GoSTP também vai precisar de preparar um projecto de Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), antes da avaliação, que abranja todas as medidas e ações necessárias para garantir o cumprimento do ESF. Uma avaliação social (AS) de género examinará os potenciais impactos de género e recomendações para aumentar a inclusão social e de género nas actividades do projecto, que serão desenvolvidas e divulgadas durante a implementação do projecto, e complementarará a análise de género já realizada.

O projecto estabelecerá um Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) dedicado para disputas trabalhistas dos trabalhadores do projecto e para que as pessoas relatem suas preocupações ou reclamações. O MRR será delineado no PEPI e servirá como uma plataforma para feedback contínuo dos cidadãos das comunidades afetadas pelo projecto e outras partes interessadas. O MRR prestará atenção especial à confidencialidade, sensibilidades culturais apropriadas e permitirá reclamações anônimas. O MRR será sensível a incidentes de exploração sexual e abuso/assédio sexual e incluirá procedimentos para o tratamento e resolução de reclamações de forma ética, proporcional e confidencial, adotando uma abordagem centrada no ser humano.

- **Propósito e objectivo do PEPI**

A Norma ambiental e social - NAS10 do Banco Mundial sobre o “Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações” exige que os mutuários engajem as partes interessadas e afectadas (PIAs) ao longo do ciclo de vida do projecto, começando esse engajamento o mais cedo possível no processo de preparação do Projecto e num prazo que permita consultas significativas às PIAs sobre a concepção, desenho e implementação do projecto.

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas (PEPI) tem como objectivo desenvolver uma estratégia eficiente e eficaz para o engajamento das partes interessadas e afectadas para todas as fases do projecto. Para o efeito, é necessário primeiro identificar as PIAs e compreender as suas necessidades e expectativas de engajamento, suas prioridades e objectivos em relação ao Projecto. Nesta fase de concepção do projecto é importante consultar as PIAs das decisões sobre os vários subprojectos e actividades que farão parte do Projecto, o nível de intervenção necessário e critério de priorização e abrangência do projecto, e sobre a adequabilidade dos instrumentos ambientais e sociais do Projecto em relação as suas expectativas e preocupações. Estas opiniões irão informar a concepção do Projecto.

Essas informações serão usadas para adaptar o tipo de engajamento para cada tipo de PIA ao longo da implementação do Projecto. Como parte desse processo, é importante identificar os indivíduos e grupos que podem ter mais dificuldades para participar nos processos de engajamento e aqueles que podem ser afectados de forma diferenciada ou desproporcional pelo projecto devido ao seu estatuto de marginalizados ou vulneráveis. Os objectivos deste PEPI são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o engajamento das PIAs para auxiliar o Governo de STP a identificar as PIAs do Projecto, construir e manter uma relação construtiva com as PIAs ao longo de todas as fases de implementação do projecto.
- Identificar as principais partes interessadas que são relevantes na implementação do projecto e/ou capazes de influenciar o projecto e suas actividades.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das PIAs do projecto e permitir que suas opiniões sejam levadas em consideração na concepção, preparação/desenho e implementação do projecto, e incluindo nas questões relativas ao desempenho ambiental e social.
- Promover e fornecer meios para um engajamento efectivo e inclusivo com as PIAs ao longo do ciclo de vida do projecto em questões que podem potencialmente afectá-las.
- Fornecer às PIAs meios/canais acessíveis e inclusivos para apresentar reclamações e queixas e permitir que o mutuário responda e faça a gestão das tais queixas dentro dos prazos definidos no Mecanismo de Gestão de Reclamações e Queixas (MGRQ), e dar a possibilidade de recorrer sempre que a PIA não estiver satisfeita.
- Descrever os protocolos e canais de comunicação que o projecto usará para se comunicar com diferentes PIAs.

- Definir funções e responsabilidades e os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para a implementação do PEPI.

- **LEGISLAÇÃO NACIONAL E NORMA AMBIENTAL E SOCIAL 10**

O PEPI leva em consideração a legislação nacional e a Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial que garante o direito de expressão, reunião, acesso à informação, divulgação de participação e consulta.

- [Legislação Nacional revlevante para o PEPI](#)

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe (promulgada a 25 de Janeiro 2003) - é a lei suprema de S. Tomé e Príncipe. A constituição da RDSTP no seu Artigo 28.º sobre Liberdade de expressão e informação estabelece que “Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio”. O Artigo 56º sobre o direito de participação pública todos os cidadãos têm direito de torna parte na vida política e na direcção dos assuntos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos.

Lei-Quadro do Ambiente (Lei n.º 10/99) -Esta lei define a base da política nacional do ambiente, a qual oferece uma ideia geral dos diversos mecanismos e instrumentos necessários para o desenvolvimento sustentável, tais como a avaliação preliminar de impactos, limites das atividades poluentes, planos estratégicos para desenvolvimento e/ou proteção de recursos naturais importantes em termos económicos ou de conservação, etc. O Artigo 7º desta lei define o princípio da participação, segundo o qual os cidadãos e vários grupos sociais devem envolver-se e participar nos processos decisórios, enquanto o Artigo 8º garante a todos o direito ao acesso adequado à informação sobre o ambiente. O parágrafo 1 do Artigo 45º refere que os planos, projetos, atividades e ações que tenham um impacto no ambiente, no território, ou na qualidade de vida das populações devem satisfazer as normas ambientais e ser acompanhados por um estudo de impacto ambiental.

Regulamento sobre o processo de avaliação do impacto ambiental (Decreto-Lei n.º 37/99). Este decreto define as regras e princípios aplicáveis na avaliação de impacto ambiental. Em resumo, exige que todas as atividades que, devido à sua natureza, dimensão ou localização, possam causar impactos significativos sobre o ambiente, devem apresentar uma avaliação de impacto ambiental antes da respetiva execução. Diferentemente da NAS1 do BM, o regulamento são-tomense não categoriza os diferentes projetos à exceção de indicar se precisam ou não de realizar um estudo, em função de uma determinação a ser feita pelas autoridades com base na apresentação da informação básica e avaliação ambiental preliminar por parte dos proponentes de um projeto.

O processo de consultas públicas encontra-se delineado em pormenor, exigindo o envolvimento dos intervenientes e descrevendo o processo seguido, assim como as preocupações levantadas e as respostas dadas. Porém, o Regulamento apenas prevê engajamento com as partes durante a elaboração do EIAS e não durante o curso do projecto, como o exigido pela NAS10. O Regulamento não exige o estabelecimento de um mecanismo de resolução de queixas. Neste caso a NAS 10 deverá ser seguida.

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de engajamento das PIAs, principalmente no que tange a realização das consultas públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos.

- **NAS10 do Banco Mundial**

A NAS10 do O Banco Mundial, estabelece que o mutuário deverá engajar as PIAs como parte integrante do processo da avaliação ambiental e social do projecto durante todo o seu ciclo. A natureza, escopo e a frequência do engajamento das PIAs devem ser proporcionais à natureza e escala do Projecto. As consultas com as PIAs devem ser significativas e baseadas na identificação e análise das partes interessadas e afectadas, planos sobre como envolvê-las, divulgação de informações, consultas, bem como respostas às suas queixas e iniquitações. Este PEPI é o instrumento que irá assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na NAS10 durante o todo o ciclo do Projecto.

- **ACTIVIDADES PRÉVIAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

Com o surto e a disseminação do COVID-19, as pessoas foram aconselhadas ou impostas para exercer distanciamento social e, especificamente, para evitar aglomerações, incluindo reuniões públicas, para prevenir e reduzir o risco de transmissão do vírus. Os países adotaram várias medidas de restrições, algumas impondo restrições de aglomerações e movimento de pessoas, e outros limitando o número de participantes em eventos e reuniões. O processo de consulta e divulgação do PEPI seguiu as orientações da Nota Técnica: *Public Consultations and Stakeholder Engagement in WB-supported operations when there are constraints on conducting public meetings*, elaborada pelo Banco Mundial em Março de 2020, tendo sido realizadas uma reunião virtual usando a plataformas Zoom no dia 25 de Outubro de 2021. Estiveram presentes no encontro 21 participantes, que incluem representantes do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Energia; Regulamento da Autoridade Geral da Energia, Água e Telecomunicações – AGER; representante da Região Autónoma do Príncipe – RAP; Empresa Santomean Telecomunicações – CST; UNITEL; AFAP; STP – Cabo; Direção-geral do Ambiente; Representante da sociedade civil e das ONG; especialistas em salvaguardas ambientais e sociais de diferentes projetos em curso. No geral os participantes manifestaram a sua satisfação pelo projecto, porém chamaram atenção sobre as questões ambientais ligadas as actividades de implantação de infraestruturas relacionadas com o projecto, incluindo a instalação da fibra óptica. O relatório das principais questões levantadas encontra-se no Anexo 1.

- **IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

- **Identificação e Análise de Partes Interessadas e Afectadas**

A natureza do Projecto (transformação digital) faz com que toda a população nas áreas abrangidas pelo projecto sejam partes interessadas importantes no Projecto, devido a necessidade de extensão e melhoria da disponibilidade dos serviços digitais e associados em todo o país. Todo o engajamento deve prosseguir com base em métodos local e culturalmente aceitáveis e apropriados para cada um dos diferentes indivíduos e grupos de PIAs visadas.

A cooperação e a negociação com as partes interessadas ao longo do desenvolvimento do projecto muitas vezes também requerem a identificação de pessoas dentro dos grupos que actuam como representantes legítimos de seus respectivos grupos de partes interessadas. A legitimidade dos representantes da comunidade, em situações que não existe uma nomeação formal, pode ser verificada conversando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e observando suas opiniões sobre quem pode estar representando seus interesses da maneira mais eficaz.

Para fins de engajamento eficaz e personalizado, as PIAs do projecto proposto podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Afectadas**

Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto (AIP) que são directamente influenciadas (real ou potencialmente) pelo projecto e/ou foram identificadas como mais susceptíveis à mudança associada ao projecto, e que precisam estar intimamente envolvidas na identificação de impactos e sua importância, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;

- **Outras Partes Interessadas**

Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos directos do Projecto, mas que consideram ou percebem seus interesses como a ser afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo de sua implementação de alguma forma; e

- **Grupos Vulneráveis**

São pessoas ou grupos que podem ser desproporcionalmente impactadas ou ainda mais prejudicadas pelo(s) projecto(s) em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto de vulnerabilidade, e que podem exigir esforços especiais de engajamento para garantir a sua representação na consulta e nos processos de tomada de decisões associados ao Projecto. Este grupo de indivíduos ou grupos desfavorecidos ou vulneráveis, muitas vezes não têm voz para expressar suas preocupações ou compreender os impactos do Projecto. A consciencialização e o engajamento das partes interessadas desfavorecidas ou indivíduos/grupos vulneráveis deve ser adaptados para levar em consideração as necessidades de tais grupos ou indivíduos, suas preocupações e sensibilidades culturais, e para garantir a compreensão das actividades, os seus benefícios e riscos do Projecto.

A vulnerabilidade pode resultar da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação econômica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do Estado. O engajamento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos podem incluir, mas não se limitam aos seguintes:

- Mulheres e mulheres chefe de agregados familiares - as mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência e pequenos negócios informais. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão, devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patri-lineares. Em relação a mulheres chefes de família podem estar em risco de verem agravada a sua vulnerabilidade uma vez que sobre elas recai toda a responsabilidade pelo sustento e segurança do agregado familiar.
- Crianças e crianças chefes de família - as crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- Idosos e idosos chefes de agregados familiares – Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de inter-ajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem requerer assistência para poderem ser engajados durante a implementação do Projecto.
- Pessoas portadoras de deficiência - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas portadoras de deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão;
- Pessoas vivendo com doença crónica – Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e conseqüente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e

consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu engajamento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.

Deste modo, constituem PIAs do Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto.

No presente projecto, a identificação das PIAs relevantes foi realizada com base nas componentes do Projecto tendo em conta todos os aspectos anteriormente referidos - Tabela 2.

Tabela 2: Partes Interessadas e Afectadas divididas por Categoria em cada Componente

Componentes e Subcomponentes	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
Componente 1: Acesso Digital			
<i>Subcomponente 1.1: Ambiente propício para o desenvolvimento do mercado de banda larga e acesso digital</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) Direcção Geral do Ambiente (DGA) Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Banco Mundial Media tradicional Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação Autoridades Governamentais Locais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação Trabalhadores do Projecto T Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT Organizações de Base Comunitária e associações locais Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com ineteresse nas tecnologias de informação e serviços digitais MDAs 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas portadoras de doenças crónica Pessoas idosas
<i>Subcomponente 1.2: Conectividade a Príncipe</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas Habitantes das zonas rurais Operadores, empresas e negócios formais do sector de 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e

	<p>(MIRN)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) • Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) • Instituto Nacional de Estatística (INE) • Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) • Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) • Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) • Direcção Geral do Ambiente (DGA) • Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) • Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe • Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento • Gabinete do Primeiro Ministro • GoSTP • Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) • Provedores de serviços de internet • Media tradicional • Media digital • Banco Mundial 	<p>tecnologias de informação e comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação • Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação • Instituições públicas, instituições académicas • Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto • Empresas de Construção Civil envolvidas no projecto • Trabalhadores das empresas de construção envolvidas no projecto • Trabalhadores do Projecto • Trabalhadores comunitários do Projecto • Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente, (i) pessoas afetadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) pelas actividades de construção do projecto, ocupação de terras; (ii) pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto 	<p>pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) • Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado • Pessoas portadoras de doenças crónica • Pessoas idosas
<p><i>Subcomponente 1.3: Conectividade Escolar</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) • Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) • Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) • Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) • Instituto Nacional de Estatística (INE) • Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) • Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) • Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) • Direcção Geral do Ambiente (DGA) • Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) • Governo Regional da Região 	<ul style="list-style-type: none"> • Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas • Habitantes das zonas rurais • Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação • Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação • Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação • Instituições públicas, instituições académicas • Centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto • Empresas de Construção Civil envolvidas no projecto • Trabalhadores das empresas de construção envolvidas no projecto • Trabalhadores do Projecto • Trabalhadores comunitários do 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar • Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza • Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) • Pessoas portadoras de doenças crónica • Pessoas idosas

	<ul style="list-style-type: none"> Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Media tradicional Media digital Banco Mundial 	<ul style="list-style-type: none"> Projecto Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente, (i) pessoas afetadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) pelas actividades de construção do projecto, ocupação de terras; (ii) pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto 	
<i>Componente 2: Facilitadores para entrega de serviços digitais</i>			
<i>Subcomponente 2.1: Coordenação institucional e quadros legais e de governança</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) Direcção Geral do Ambiente (DGA) Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Banco Mundial Media tradicional Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação Autoridades Governamentais Locais Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas Habitantes das zonas rurais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação Instituições públicas, instituições académicas Escolas beneficiárias do projecto Empresas de Construção Civil envolvidas no projecto Trabalhadores das empresas de construção envolvidas no projecto Trabalhadores do Projecto Trabalhadores comunitários do Projecto MDAs 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas portadoras de doenças crónica Pessoas idosas
<i>Subcomponente 2.2: Serviços digitais partilhados</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo

	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) Direcção Geral do Ambiente (DGA) Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Banco Mundial Media tradicional Media digital 	<p>governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> Autoridades Governamentais Locais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação Trabalhadores do Projecto Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Trabalhadores comunitários do Projecto Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas tecnologias de informação e serviços digitais 	<p>agregado familiar</p> <ul style="list-style-type: none"> Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado Pessoas portadoras de doenças crónica Pessoas idosas
--	--	--	---

Componente 3: Habitação e Censo da População

<p>Subcomponente 3.1: Preparação</p>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) Direcção Geral do Ambiente (DGA) Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) Governo Regional da Região 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação Autoridades Governamentais Locais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação Trabalhadores do Projecto Provedores de serviços de internet Trabalhadores comunitários do Projecto 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado Pessoas portadoras de doenças crónica Pessoas idosas
---	--	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Media tradicional Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com ineteresse nas tecnologias de informação e serviços digitais 	
<i>Subcomponente 3.2: Recolha do Censo</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) Direcção Geral do Ambiente (DGA) Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento Gabinete do Primeiro Ministro GoSTP Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) Provedores de serviços de internet Media tradicional Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> Toda a população de STP Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação Autoridades Governamentais Locais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação Trabalhadores do Projecto Trabalhadores comunitários do Projecto Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com ineteresse nas tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas portadoras de doenças crónica Pessoas idosas
<i>Subcomponente 3.3: Análise dos resultados e disseminação</i>	<ul style="list-style-type: none"> Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) Instituto Nacional de Estatística (INE) 	<ul style="list-style-type: none"> Técnicos de instituições implementadoras Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação Autoridades Governamentais Locais Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação 	<ul style="list-style-type: none"> Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de

	<ul style="list-style-type: none"> • Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) • Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) • Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) • Direcção Geral do Ambiente (DGA) • Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) • Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe • Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento • Gabinete do Primeiro Ministro • GoSTP • Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) • Provedores de serviços de internet • Media tradicional • Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> • Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação • -Associações de operadores e dos sistemas de tecnologias de informação e comunicação • Trabalhadores do Projecto • Trabalhadores comunitários do Projecto • Empresas e associações especializadas em formações e capacitação em IT • Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais • Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com ineteresse nas tecnologias de informação e serviços digitais 	<p>Cabo Delgado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pessoas portadoras de doenças crónica • Pessoas idosas
<p><i>Componente 4: Gestão e Coordenação do Projecto</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) • Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) • Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) • Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) • Instituto Nacional de Estatística (INE) • Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) • Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) • Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) • Direcção Geral do Ambiente (DGA) • Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) • Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe • Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento • Gabinete do Primeiro Ministro • GoSTP • Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) • Provedores de serviços de internet • Banco Mundial • Media tradicional • Media digital 	<ul style="list-style-type: none"> • Técnicas de instituições implementadoras • Técnicas de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação • Operadores, empresas e negócios formais do sector de tecnologias de informação e comunicação • Operadores, empresas e negócios informais do sector de tecnologias de informação e comunicação • Trabalhadores do Projecto • Trabalhadores comunitários do Projecto • Empresas de estudos de viabilidade de sistemas de tecnologias de informação e serviços digitais 	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar • Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) • Pessoas portadoras de doenças crónica • Pessoas idosas

<p><i>Componente 5: Componente de Resposta de Emergência Contingente</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • GoSTP • Banco Mundial 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério de Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA) • Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente (MIRN) • Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH) • Ministério da Defesa, Guarda Costeira e Marinha (MD) • Instituto Nacional de Estatística (INE) • Agência Reguladora de Telecomunicações, Energia, Água e Correios (AGER) • Instituto de Inovação e Conhecimento (INIC) • Agência de Administração de Projectos do Governo (AFAP) • Direcção Geral do Ambiente (DGA) • Instituto Nacional de Promoção e Igualdade de Género (INPG) • Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe • Secretaria Regional de Infraestruturas, Ambiente e Saneamento • Gabinete do Primeiro Ministro • Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP) • Provedores de serviços de internet • Media digital • Media tradicional 	
--	--	--	--

- **PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS**

- **Princípios fundamentais do programa**

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- *Abertura e abordagem do ciclo de vida:* as consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- *Participação informada e feedback:* as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades são fornecidas para comunicar o *feedback* das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações;

- *Inclusão e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos subprojectos é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à seleção de métodos de engajamento. Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis - em particular, mulheres, pessoas com deficiência, jovens, idosos e pessoas com doenças crônicas. Ao planificar o engajamento deve se ter em conta os (i) diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta, (ii) consultas com consciência de gênero e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconômicos, classes, grupos étnicos e religiosos. O estado civil e a idade também podem ser fatores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade das funcionárias do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
- *Compromisso* - demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo;
- *Integridade* - ocorre quando o engajamento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos;
- *Respeito* - criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afetadas são reconhecidos;
- *Transparência* - demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta e eficaz.
- *Confiança* - alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interação com cada grupo de PIAs, deve se considerar a selecção de técnicas de engajamento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de engajamento. Antes de qualquer evento de engajamento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de "perguntas e respostas" padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em engajamento anterior, se houver;
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de engajamento;
- Seleção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o engajamento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto;
- Seleção de métodos para engajamento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo);
- Seleção de local e horário para actividades de engajamento, para PIAs, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo;
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de engajamento;
- Identificação e implementação de mecanismos de *feedback* a serem empregados.
- **Estratégia de Engajamento e divulgação de informação do Projecto**

A estratégia de divulgação, consulta, auscultação e participação pública no âmbito do PEPI tem como principais objectivos:

- Permitir a compreensão das necessidades das comunidades directa e indirectamente afectadas pelo Projecto;
- Garantir a coordenação entre todos os envolvidos na implementação do Projecto incluindo as autoridades governamentais a todos os níveis (nacional, regional, distrital, local e comunitária referente as PIAs);
- Permitir e garantir a recepção de *feedback* e comentários, queixas e reclamações das PIAs sobre a concepção e implementação do Projecto;
- Garantir a transparencia na implementação do Projecto, incluindo a gestão de informação recebida cujas respostas possam ser levados de volta as PIAs para permitir que ajustes das intervenções ao longo do ciclo de vida do Projecto possam ser realizadas.

Dado o contexto actual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19 e o cronograma em que o projecto está sendo preparado, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de engajamento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama das PIAs neste Projecto, uma estratégia robusta de comunicação e engajamento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- Encontros formais - apresentação de informações do projecto para as PIAs; permitir que o grupo comente e conceda opiniões; construir uma relação aprofundada e impessoal com as PIAs; divulgação de informações técnicas;
- Consultas públicas – Apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIAs (de acordo com o permissível), especialmente comunidades directamente afectadas e, permitir que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação, construir relacionamento com as comunidades, distribuição informações técnicas e não técnicas na forma mais clara possível, facilitar as reuniões com apresentações com linguagem clara e facilitar o entendimento com apresentações em PowerPoint e pósteres (elucidativos para engajamento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- Reuniões individuais – com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIAs falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada em gênero, compensações, entre outros aspectos.
- Grupos focais de discussão – Compartilha de informações sobre o Projecto sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, discutir os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação; comunicação directa com os proprietários de bens nas áreas directamente afectadas pela implementação do Projecto, partilha de informações sobre o tempo de duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais das comunidades.
- Folheto sobre o projecto – Constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGQR).
- Website – Através das páginas do AFAP e MIRN, apresentar informações sobre o Projecto com actualizações regulares, divulgar os Estudos de Impacto Ambiental, o Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, o Quadro de Política de Reassentamento - QPR e outra informação e documentação relevante.
- Órgãos de informação – Usar os órgãos de informação como a Televisão de STP, a Rádio de STP e rádios comunitárias locais (sempre que se fizer necessário) para divulgação de informações sobre o Projecto, especialmente sobre o MGQR e divulgação das reuniões de consulta pública sobre os subprojectos.

- Media digital – Através das plataformas digitais do MIRN e outras entidades implementadoras, para divulgação de informações sobre o Projecto, e incentivo à adopção dos meios digitais como um meio seguro e fiável para a partilha de informações.
- Uso de correspondências electrónica e comunicação telefónica – Distribuição de informação a funcionários públicos e do Governo, de ONGs, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIAs para as reuniões e acompanhamento.
- Mecanismo de resolução de queixas e reclamações- O mecanismo de gestão de queixas e reclamações (MGQR) é estabelecido neste PEPI para assegurar que as PIAs, quer individualmente quer em grupos, possam ter capacidade para apresentar reclamações relacionadas ao Projecto ou fornecer comentários e *feedback*.

A Tabela 3 apresenta de forma sintetizada a estratégia de engajamento dos diferentes tipos de PIAs, tendo em conta as características e necessidades específicas dos PIAs, necessidades específicas e as necessidades das PIAs. O PEPI não é estanque, mas sim em contínua construção para adequar a acomodação de novas categorias de PIAs e suas necessidades específicas à medida que forem surgindo, sendo deste modo continuamente refinado e adoptada nova estratégia conforme a implementação do Projecto for sendo realizada.

Tabela 3: Necessidades das Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto e estratégia de engajamento

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características -chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Tabalhadores do Projecto	Parte Afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Trabalhadores Comunitários do Projecto	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Técnicos de instituições implementadoras	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Entidades implementadoras do projecto	Parte interessada e afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Operadores de rede móvel (CST e Unitel STP)	Parte interessada e afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Fornecedores de serviços de internet	Parte interessada e afectada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Empresas e associações especializadas em	Parte interessada	Português, Inglês	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios,	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação

formações e capacitação em IT			encontros				
Técnicos de instituições governamentais e/ou públicas associadas ao sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Autoridades governamentais das diferentes áreas (obras públicas, saúde, educação, etc.)	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Organizações de Base comunitária e Associações locais	Partes interessadas e influenciadoras	Português, outros dialectos locais	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Media digital	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Media tradicional	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto - pessoas afetadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) ; pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	Parte Afectada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio, lideranças e autoridades locais, jornais locais, Notificações dirigidas	Necessidade de tradutor na língua local	oposição	Médio	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais	Parte influenciadora	Português, outros dialectos locais	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Consultas públicas; encontros de advocacia; reuniões individuais
MDAs	Português, Inglês	Cartas, email e material de	Não aplicável	Suporte	Médio	Consultas públicas;	Português, Inglês

		informação				Encontros individuais	
Instituições públicas, Académicas e centros de saúde	Partes afectadas	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Empresas e negócios do sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, Inglês	Cartas, email e material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Consultas públicas; Encontros individuais
Empresas de construção	Partes interessadas	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Trabalhadores de empresas de construção	Parte interessada	Português, outros dialectos locais	Cartas, email e material de informação	Escolher horários de engajamento que possam estar disponíveis	Suporte	Baixo	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Trabalhadores das empresas de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, Inglês	Cartas, email e material de informação	Não aplicável	Suporte	Baixo	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Operadores informais do sector de tecnologias de informação e comunicação	Parte interessada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio; Jornal, lideranças locais	Não aplicável	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Habitantes de zonas rurais	Parte afectada	Português, outros dialectos locais	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio, lideranças locais	Transporte para os locais de consulta, Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Baixo	Consultas públicas, GFD, encontros individuais (onde seja aplicável), Encontros de advocacia e de coordenação
Grupos de mulheres e raparigas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Cartas, material de informação elucidativo, Televisão, rádio	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante,; horários apropriados que facilitem a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos; identificar e consultar ONGs ou organizações

				línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas.			comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários
Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Cartas, material de informação elucidativo, Televisão, rádio	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante; horários apropriados que facilitam a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas.	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; Reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos. identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários
Pessoas portadoras de deficiência	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Encontros comunitários, rádio e social media	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Pessoas portadoras de doenças crónicas	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Encontros comunitários, rádio e social media	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte, tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado	Grupos vulneráveis	Português, outros dialectos locais	Encontros comunitários, rádio e social media	Reuniões de grupos focais de discussão com pessoas deslocadas, tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais

- **Estratégia Proposta para Incorporar a Visão dos Grupos Vulneráveis**

Mecanismos apropriados serão criados para garantir que mulheres, idosos, menores chefes de família, e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que suas opiniões e sugestões sejam tomadas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, deverão ser realizadas, pois as

peçoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Uma avaliaão social investigar mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante a elaboraão do Quadro de Gestão Ambiental e Social o processo de Avaliaão de Impacto Ambiental e Social, e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias.

Tendo em vista a promoão da igualdade e equidade de participaão de gnero, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de engajamento de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Deve-se incentivar as mulheres a contribuirem no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, inclusão das infraestruturas comunitárias, igualdade de oportunidades, representatividade, etc., em diferentes fóruns de discussão sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

Para as mulheres chefes de famílias, haverá medidas adicionais deverão ser tidas em conta para permitir a sua maior participaão, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participaão, assitncia/cuidados dos menores que acompanham as mães, caso haja necessidade, traduão nas línguas locais e garantir a representatividade mínima de 25% deste grupo em reuniões. Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associaões, recomenda-se que a divulgaão de informaões a esses grupos seja feita através da associaão, sempre que possível, assegurando que as suas visões sejam incorporadas na implementaão do Projecto.

- [Plano das consultas das PIAs do Projecto](#)

O calendário indicativo apresentado na Tabela 4 inclui as duas fases do Projecto, nomeadamente: (i) Fase de concepão e avaliaão do Projecto- esta fase inclui a elaboraão dos documentos que serão apresentados para a aprovaão do Projecto pelo Conselho de administraão do Banco Mundial; (ii) fase de Implementaão do Projecto- que se segue após a aprovaão do Projecto em diante. O Plano identifica os instrumentos ambientais e sociais que devem ser amplamente divulgados, os momentos da divulgaão, as PIAs visadas, o método de engajamento e a responsabilidade.

Tabela 4: Proposta do Plano para consulta das PIAs no Projecto

Estágio do Projecto	Lista de informaão a ser divulgada	Método proposto	Datas	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
Concepão e Avaliaão do Projecto	Divulgaão do Projecto de Aceleraão Digital (concept note, PAD, Sumário da Revisão Ambiental e Social, etc.)	Reuniões de coordenaão e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais, visitas técnicas	Fevereiro - Abril 2022	Instituiões governamentais envolvidas no projecto), Banco Mundial, parceiros de implementaão, doadores	AFAP - equipa de Salvaguardas
	Plano de Compromisso Ambiental e Social	- Reuniões de coordenaão e de negociaão	Março- Abril 2022	Instituiões chaves do Governo de STP (AFAP, MORN, e o Banco Mundial	AFAP
	Plano de Engajamento das Partes Interessadas incluindo o MGQR	Consultas técnicas Consultas públicas e	Março- Abril 2022	Instituiões governamentais envolvidas no projecto, autoridades municipais, locais, ONGs, parceiros de implementaão, financiadores e o público em geral,	AFAP - equipa de Salvaguardas

		individuais Disposição da informação no website		principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectadas pelo Projecto e outras partes interessadas	
	Divulgação do QPR e QGAS incluindo a descrição do procedimento de Gestão laboral; Mecanismo de Queixas e Reclamações para Trabalhadores do Projecto, Avaliação de Riscos de VBG e EAS; Plano de acção sobre violência baseada no género, Saúde e Segurança da Comunidade; entre outras informações.	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais Disposição da informação no website da AFAP e MORN, Banco Mundial	Abril- Maio 2022	Instituições governamentais envolvidas no projecto, autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, financiadores e o público em geral, principalmente grupos vulneráveis, PIAs	AFAP - equipa de Salvaguardas
Fase de Implementação	Concepção, Selecção, Desenho e Triagem dos Subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais da AFAP e MORN	A ser definido pela UIP - durante a fase de concepção, selecção, desenho, dos subprojectos Antes da aprovação dos subprojectos	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, grupos vulneráveis, ONGs e Organizações comunitárias de Base, Governos distritais/Municipais, Banco Mundial	UIP – MORN
	Estudos de Impacto Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais da AFAP e MORN	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos.	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas	UIP _ MORN Equipa de Salvaguardas
	Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais da AFAP e	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais, Banco Mundial	UIP _ MORN Equipa de Salvaguardas

		MIRN	continuamente ao longo do estágio de implementação		
	Planos de Reassentamento dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, Media, website e outras plataformas digitais da AFAP e MIRN	A ser definido pela UIP - Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, Organizações comunitárias de Base, Governos distritais/Distritais, Banco Mundial.	UIP _ MIRN Equipa de Salvaguardas
	Relatórios de progresso do projecto, Relatórios de auditoria, Resultados do Mecanismo de gestão de queixas e reclamações, relatório de <i>feedback</i> das partes interessadas	Reuniões comunitárias, FGDs, Quadro de avisos, Media, rádio, linha direta do projecto, SMS, website, Quadro de avisos da comunidade, rádio comunitária, TV,	A ser definido pela UIP	Comunidades afetadas, público em geral, ONGs, mulheres e outros grupos vulneráveis serão consultados em particular	AFAP Equipa de Salvaguardas

- **Aprendizagem e *Feedback*/Retorno**

O *feedback* é essencial no processo de engajamento das partes interessadas. É responsabilidade da equipe de Salvaguardas Ambientais e Sociais do Projecto garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente e com antecedência e manter uma linha de *feedback* aberta para as partes interessadas. Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MGQR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa de salvaguardas Ambiental e Social e à UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIAs e outros intervenientes do Projecto.

Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIAs deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e *feedback* das partes interessadas, inclusive por meio do monitoramento das redes sociais; percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática; e diálogos diretos e consultas.
- Operacionalização do MGQR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.
- Garantir que as mudanças nas abordagens de engajamento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o engajamento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.

- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto
- Estabelecer para o público em geral, canais de Media identificados e confiáveis, incluindo: Media de transmissão (televisão e rádio), Media impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, Media social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

- **Fases futuras do projecto**

O presente PEPI fornece as diretrizes gerais para a implementação de engajamentos das PIAs no âmbito do Projecto. Ainda que haja alteração ao longo dos 5 anos de vida do projecto, em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem de comunicação e consulta por parte da UIP e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. A equipe de salvaguardas ambientais e sociais da UIP irá continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de engajamento das PIAs procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de treinamento de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de engajamento das PIAs durante a divulgação do Projecto bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os subprojectos estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para enriquecer o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios trimestrais gerados pela UIP, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MQGR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI e os resultados gerais e tratamento do MQGR será produzido e informação partilhada ao nível das PIAs.

- **RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI**

A supervisão e governança estratégica do projecto será fornecida por meio de um Comité de Direção do Projecto (CDP) que será estabelecido e presidido pelo MIRN. O mandato do CDP incluirá (i) aprovação de orçamentos anuais e planos de trabalho; (ii) revisão trimestral do andamento do projecto; e (iii) fornecimento de orientação estratégica e recomendações à UIP relacionadas à implementação do projecto e/ou qualquer reestruturação necessária. O CDP será composto, entre outros, pelo MIRN, Ministério das Finanças, Gabinete do Primeiro-Ministro, Ministério da Educação, Governo do Príncipe, INIC e Instituto Nacional de Estatística (INE). Outros MDAs também podem ser convidados a observar no PSC para aumentar a adesão e participação do projecto, especialmente para a construção de consenso em torno da abordagem de “todo o governo” para o governo digital. Os Termos de Referência (TdR) para o CDP serão detalhados no manual de implementação do projecto (MIP), a ser preparado pela eficácia do projecto.

- **Gestão de funções e responsabilidades**

A Agência Fiduciária de Administração de Projectos do Governo de São Tomé e Príncipe (AFAP) é a agência fiduciária para a administração de projectos em STP. A AFAP tem um histórico na implementação de projectos de educação, telecomunicações, protecção social e energia financiados pelo Banco Mundial e será responsável pelos aspectos fiduciários deste projecto. Uma UIP técnica será criada dentro do MIRN e será responsável pela implementação das actividades, compromissos ambientais e sociais e M&A relacionados ao projecto. O MIRN tem o mandato de liderar o desenvolvimento do setor de TIC; dado o seu mandato, está bem posicionado para liderar e coordenar a implementação do projecto proposto. A PIU também supervisionará os principais compromissos de M&A e A&S relacionados ao projecto e consolidará e enviará relatórios do projecto ao BM. Um coordenador do projecto será responsável pela coordenação entre as diferentes agências, inclusive com as equipes (AFAP) e do

BM. A UIP do MINR será responsável pela gestão geral do projecto. Os principais membros da equipe incluem um coordenador de projecto, especialistas técnicos, especialista Ambiental e Social e especialista em M&A.

Comitês Técnicos (CTs) também serão estabelecidos para cada Componente para tratar de quaisquer questões técnicas ad hoc chave que possam surgir. Os CTs convocarão as MDAs relevantes, representantes do sector privado e doadores considerados essenciais para apoiar a implementação bem-sucedida e a gestão das partes interessadas, e para apoiar quaisquer decisões de nível técnico que requeiram um acordo mais amplo. Os TCs podem encaminhar os problemas, conforme necessário, para o CDP se eles exigirem uma discussão estratégica. As reuniões do TC serão presididas pelo Ministério de Infraestrutura e Recursos Naturais. Os TdRs para os CTs serão detalhados no PIM. O CT para o Componente 1 será baseado no actual grupo de trabalho técnico, estabelecido durante a preparação do projecto.

O INE, enquanto fornecedor oficial de estatísticas em STP, será responsável pelos esforços de implementação da componente de recenseamento da população. Para cumprir esta missão, será criada no Instituto Nacional de Estatística (INE) uma divisão denominada Gabinete Central de Censos (BCR). O Conselho Nacional de Estatística (CNE), comissão intergovernamental responsável pela orientação e coordenação da produção estatística e presidida pelo Ministro do Plano e das Finanças, será responsável pela orientação e coordenação das actividades do censo. Será criada uma comissão local de recenseamento em cada um dos seis (6) distritos de São Tomé e na região autónoma do Príncipe para apoiar o INE na sensibilização das populações e na fixação de pessoal no terreno. Coordenarão todas as actividades do censo a nível distrital, garantindo o envolvimento e colaboração de todas as estruturas descentralizadas. A equipe do BM fornecerá assistência técnica. O FNUAP também prestou apoio inicial na preparação na forma de um plano para o censo e fará parte da equipa de apoio técnico ao INE.

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI é do especialista de A&S da UIP. Este deverá manter uma base de dados das PIAs ao longo do ciclo de vida do projecto. O especialista de A&S das Unidades Técnicas (UT) regionais juntamente com os consultores contratados no âmbito da realização do processo de Avaliação de Impacto Ambiental e Social e consultores de assistência técnica deverão implementar o PEPI em coordenação com o especialista de A&S central e um relatório numa base mensal será preparado e submetido à UIP.

O especialista ambiental e social do terá as seguintes responsabilidades:

- Garantir a implementação e monitorar de todas as estratégias e/ou planos para o engajamento das partes interessadas e afectadas no âmbito do Projecto incluindo para todos os processos de AIAS dos subprojectos;
- Garantir que o processo de identificação das PIAs no âmbito do Projecto seja continuado;
- Identificar continuamente riscos e oportunidades no âmbito do Projecto e de forma activa interagir com o coordenador da UIP no sentido de garantir planeamento necessário para mitigar riscos e/ou maximização das oportunidades;
- Supervisionar todas as actividades relacionadas ao engajamento das PIAs afectadas no âmbito do Projecto;
- Garantir que a partir da coordenação das salvaguardas sociais e ambientais, estabelecer contacto efectivo com os técnicos das UT no sentido de garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efectivamente compreendidos;
- Assegurar que os grupos vulneráveis são engajadas e as suas opiniões e sugestões levadas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos.
- Garantir que a coordenação das salvaguardas ambientais e sociais efectivamente coordenem e implementem as actividades que exijam interacção intensiva com as PIAs (como por exemplo actividades de carácter sensível relacionadas com o engajamento em redor a questões como expropriação e aquisição de terras, compensações, violência de género na implementação de subprojectos, entre outras);
- Coordenar a gestão do MGQR;

- Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de *feedback* de beneficiários para os subprojectos caso se faça necessário.

- **Recursos Financeiros**

Para a implementação efectiva do PEPI serão disponibilizados recursos financeiros suficientes durante os 5 anos do projecto. O orçamento para a implementação do PEPI é de US\$.124 300 (Tabela 5), que virá da Componente 4-Gestão e Coordenação do Projecto.

Tabela 5: Orçamento Proposto para implementação do PEPI

	Actividade	Quantidade	unidade	Custo Unitário USD	Custo estimado USD
Custos Gerais	Consultas publicas durante a elaboração de instrumentos A&S dos subprojectos	10	reuniões	2 500.00	25 000,00
	Operação de Linha direta gratuita para disseminação de informações e recepção de reclamações e feedback,	60	meses	100.00	6 000,00
	Manutenção da informação nos websites da AFAP e MIRN	60	meses	100.00	6 000,00
	Anúncios/comunicados nos Jornais	40	anúncios	150.00	6 000,00
	Anúncios/comunicados rádios locais	40	anúncios	50.00	2 000,00
	Folhetos informativos do projecto	10	Pacotes/unidades	1 000	10 000,00
	Verificação (internas e externas) de implementação do PEPI e do MGQR	5	Verificações/auditorias	5 000.00	25 000,0
	Workshops/treinamentos de divulgação de instrumentos A&S	5	un	1 500.00	7 5000
	Aluguel de salas e locais para treinamento/reuniões	5	un	1 000.00	5 000
SUBTOTAL					92 500,00
	Custos Operacionais- PEPI				
	Aquisição de equipamentos (cameras, telefones, computadores.)	1	Orçamento	2 000,00	2 0000,00
	Viagens -acomodação hotel	10	Noites	100,00	1 000,00
	Veículo/ transporte/combustível	100	dias	150,00	15 000,00
	Bilhetes de voos	5	Ida e volta	500,00	2 500,00
Subtotal					20 500,00
TOTAL					113 000,00
	CONTIGENCIAS (10%)				11 300 .00
GRAND TOTAL					124 300,00

- **MECANISMOS DE GESTÃO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES**

O MGQR é um instrumento usado para resolver as queixas e reclamações levantadas pelas PIAs durante o período de implementação do Projeto. Este, estabelece o processo a ser seguido na apresentação e resolução de queixas e reclamações apresentadas, incluindo o papel de diferentes intervenientes envolvidos e prazos para o alcance de uma decisão sobre a reclamação/queixa apresentada. Dentre os tipos de queixas e reclamações que podem as PIAs apresentar incluem:

- Impactos negativos dos subprojectos nas comunidades – como perdas financeiras, danos físicos e incômodo de construção e/ou das actividades operacionais do projecto;
- Riscos de saúde e segurança -circulação perigosa de veículos de obras; emissão de fumos e poeiras da maquinaria e veículos de obras; interferência com caminhos de circulação usados pelas comunidades;
- Impactos negativos sobre o meio ambiente em redor- gestão de reíduos, contaminação da água, exacerbação da erosão dos solos, destruição de habitats, etc.
- Comportamento inaceitável por parte da equipa ou funcionários da empreitada, incluindo: desrespeito as normas culturais locais; violência baseada em gênero; abuso sexual

MGQR no âmbito do engajamento das PIAs tem como fim promover o engajamento das PIAs através da consciencialização da existência de formas de apresentação de queixas e reclamações resultantes da implementação do Projecto ao proporcionar às PIAs o acesso a um mecanismo justo e transparente para apresentar suas inquietações, fazer uma queixa ou reclamação e obter uma solução sem custos ou medo de represálias.

O MGQR deve ser implantado antes do início do Projecto e divulgado amplamente as PIAs. O nível do engajamento das PIAs será também medido pela abertura na gestão de queixas e reclamações que surgem ao longo do ciclo de vida do projecto.

Os intervenientes na implementação do PEPI, nomeadamente líderes comunitários, especialistas das salvaguardas ambiental e social, UT e outros intervenientes que possam especificamente ser nomeados a nível da implementação dos subprojectos, desempenham um papel fundamental no engajamento das PIAs e resolução de queixas e reclamações.

- **Processo de Queixas e Reclamações**

O MGQR foi preparado para funcionar dentro das estruturas legais e culturais existentes, proporcionando uma oportunidade adicional para resolver queixas no nível local do projecto. Os principais objectivos do MGQR são:

- Registrar, categorizar e priorizar o tratamento das queixas;
- Resolver as queixas e reclamações por meio de consulta a todas as partes interessadas e envolvidas e dar o *feedback* sobre as soluções alcançadas e,
- Caso não sejam alcançadas soluções (satisfatórias) em determinado nível, encaminhar à autoridade competente no nível a seguir.
- Permitir a resolução atempada de reclamações e queixas resultantes da implementação do Projecto.

O MGQR, dentro dos quadros legais e culturais existentes, irá abarcar três níveis de resolução de queixas e reclamações, nomeadamente nível da comunidade, ao nível do projecto e ao nível do sistema judiciário de STP. Os detalhes de cada um desses níveis são descritos a seguir.

7.1.1 Gestão de queixas e reclamações a nível comunitário

Ao nível das comunidades locais existem mecanismos tradicionais e culturais de resolução de problemas e queixas através das estruturas familiares e lideranças comunitárias e/ou tradicionais. Espera-se que algumas das disputas que surgirem ao nível da comunidade possam ser resolvidas usando estes mecanismos, sem o envolvimento do mutuário, contratante/empreiteiro ou representantes do Governo a nível local e nacional. Contudo, questões desencadeadas indiretamente pelo Projecto como por exemplo níveis maiores de disputas de terras envolvendo áreas para implementação do projecto deverão ter o envolvimento oficial das autoridades do governo local e o(s) proprietário(s) das terras em questão.

Quando os problemas causados pelo projecto são levantados e resolvidos por meio dos mecanismos comunitários de resolução existentes, a estrutura de governo local deverá reportar ao projecto para efeitos de registo e tomada de conhecimento. Portanto, ao Projecto ficam registados todas as queixas e reclamações, a resolução adoptada e os principais intervenientes no processo. Espera-se que questões de disputas ao nível das comunidades possam ser resolvidas a este nível. Doutro modo, são transferidas para o nível a seguir.

7.1.2. Gestão de queixas e reclamações a nível de projecto

Deverá ser estabelecido ao nível da área de implementação dos subprojectos, um comité de gestão de queixas e reclamações constituído pelo especialista em salvaguardas ambientais e sociais ou seu ponto focal ao nível local, (Regional, Municipio, Distrito), a contratada/ empreiteiro e representantes locais. Este comité estabelecido deverá possuir autonomia para lidar com as reclamações no nível local e garantir que as mesmas sejam resolvidas de forma rápida e transparente. Contudo, caso as queixas e reclamações não alcancem solução ou os queixosos não fiquem satisfeitos com a solução apresentada, poderão recorrer ao nível seguinte (superior) para apresentação da sua reclamação.

O MGQR no projecto incluirá as seguintes etapas:

- **Etapla 1:** Reclamação recebida e registada pela unidade de implementação do subprojecto / Ponto Focal das reclamações/empreiteiro. Uma reclamação pode ser registada diretamente no Comité de gestão de reclamações (CGR) por meio de qualquer um dos seguintes modos e, se necessário, de forma anônima ou por meio de terceiros.
 - Por telefone através do nº **+239 222 52 05** [ligação gratuita], sms e WhatsApp - A equipe de salvaguarda da UIP ficará responsável por esta linha / secretária eletrônica.
 - Por e-mail para endereço **mrr_digital@afap.st-** A equipe de salvaguarda da UIP deve se responsabilizar por este e-mal.
 - Por carta à UIP do projecto ou agência de implementação do subprojecto. O endereço deve ser fornecido assim que a UIP for estabelecida.
 - Por carta a empresas / consultores contratados envolvidos na implementação de subprojectos
 - Por formulário de reclamação / livro / caixa de sugestões - encontrado em instituições públicas que lidam os subprojectos.
 - Apresentar directamente a reclamação nos escritórios do MIRN/AFAP
 - Registar a reclamação em um website do MIRN
 - as partes interessadas podem aceder o serviço corporativo de reparação de reclamações do Banco (<http://www.worldbank.org/GRS>; e-mail: grievances@worldbank.org) para apresentar de preocupações e reclamações decorrentes do projecto.

Assim que uma reclamação for recebida, ela deve ser registada no livro de registo de reclamações ou na base de dados electrónica de reclamações.

- **Etapa 2:** Confirme o recebimento da reclamação, avalie sua complexidade, categorize em comunitária, laboral e VBG e atribua a pessoa ou o fórum responsável por tratar aquele tipo/categoria de reclamação. Caso a reclamação não se enquadra no projecto ou não haja como resolvê-la, o reclamante deverá ser notificado e explicado o porque da não procedência da sua reclamação.
- **Etapa 3:** Desenvolver e propor uma resolução e obter aprovação ao nível do subprojecto (comités de gestão de reclamações – CGR - devem ser estabelecidos nesses níveis).
- **Etapa 4:** Comunique a proposta da solução ao reclamante e busque um acordo sobre a resposta.
- **Etapa 5:** Implementar a resposta para resolver a reclamação com base no acordo alcançado na etapa anterior.
- **Etapa 6:** Rever a solução implementada, caso não tenha sido eficaz de acordo com as recomendações
- **Etapa 7:** encerrar a queixa se tudo estiver acordado ou encaminhe a reclamação para o próximo nível caso não haja acordo.

Uma vez que todas as possíveis reparações tenham sido propostas, se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deverá ser informado do seu direito ao recurso legal. O diagrama a seguir resume o processo de MGQR e os níveis de recorrência que o queixoso tem direito.

Figura 1: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações

Prazos

A reclamação deve ser registada na base de dados de reclamações da UIP, como primeira acção imediatamente logo após a notificação (se o sistema online estiver em funcionamento), ou dentro de 2 dias (se por outro meio de captação) após a reclamação ter sido levantada. O subprojecto responsável pela reclamação deverá se esforçar para apresentar uma solução de 5 dias. Caso contrário, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- O primeiro nível de recurso - intervenção da UT Local não deve exceder 10 dias após a notificação.
- A segunda instância de recurso - intervenção do Comité Técnico da Componente do Projecto em causa não deve exceder 15 dias após a notificação.
- O terceiro nível de recurso – Comité de Gestão do Projecto - não deve exceder 21 dias após a notificação.
- Além disso, caso uma das partes esteja insatisfeita, a parte insaafetada pode levar a reclamação a tribunal, onde será tratada de acordo com a legislação de STP.

A UIP irá garantir que seja criado e mantido um "Registo de Reclamações" centralizado durante todo o ciclo de vida do projecto. Os registos da reclamação devem conter: i) os detalhes de contacto do reclamante e informações sobre a reclamação em si, ii) os resultados das investigações e respostas fornecidas, iii) acções de acompanhamento necessárias e comunicações internas feitas em resposta às reclamações e o resultado.

7.1.3. Gestão de queixas a nível judiciário

No processo de gestão de queixas e reclamações, os queixosos e /ou reclamantes, podem aceder o nível judicial para apresentação e resolução das suas inquietações. A qualquer momento, o queixoso e/ou reclamante pode levar as questões as autoridades legais ou judiciais competentes, de acordo com o quadro legal de STP.

7.1.4. Queixas relacionadas à violência baseada no gênero (VBG), Assédio Sexual, Abuso e Exploração Sexual

Procedimentos específicos para lidar com queixas relacionadas a situações de VBG, AS, AES serão estabelecidas no QGAS com disposições de confidencialidade, bem como documentação segura e ética, tais como:

- Estabelecimento de um mecanismo separado, potencialmente administrado por um Provedor de Serviços especializado com *feedback* para o MGQR do projecto. Alguns trabalhadores, principalmente os que lidam com matérias de salvaguarda social e recursos humanos do projecto devem ser treinados sobre como documentar casos de Violência Baseada no Gênero, Assédio Sexual, abuso e Exploração Sexual de maneira confidencial;
- O projecto deverá disponibilizar múltiplos canais de reclamação;
- Nenhuma informação identificável sobre as vítimas deve ser armazenada no livro de registo ou base de dados do MGQR.
- O MGQR deve ajudar as vítimas de VBG/AS/EAS, referindo-os ao (s) Provedor (es) de Serviços especializados para apoio imediato após receber uma reclamação.
- A UIP deverá imediatamente notificar o Banco Mundial de quaisquer reclamações de VBG/AS/EAS com o consentimento do sobrevivente.

7.1.5. Queixas relacionadas às relações Laborais

Haverá procedimentos específicos para lidar com queixas trabalhistas em conformidade com a NAS 2 e a legislação nacional a ser detalhada no Procedimento de Gestão Laboral que é parte do QGAS deste Projecto. Este MGQR laborais terá mecanismos bem claros sobre a necessidade de notificar imediatamente o Banco Mundial em caso de reclamações ou queixas.

• MONITORIA E AVALIAÇÃO

O especialista em salvaguardas ambientais e sociais da UIP central será responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e será realizado trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoramento do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo e deve estar alinhado com os objetivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o engajamento das PIAs no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os modos de engajamento das PIAs definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIAs tendo em conta os padrões previstos na NAS10 do BM e na legislação de STP aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIAs afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efectividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e engajamento das PIAs.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de engajamentos.
- Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de engajamento com padrões culturais e sociais das PIAs.

O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na tabela 6, que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

Tabela 6: Indicadores de monitoria

Actividade	Indicador preferencial	Grau de realização em relação ao planificado		
		Aceitável	Bom	Muito bom
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90% >
Encontros de EIA/EAS/PGAs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Participação de grupos/individuos vulneráveis	15%	25%	40%
Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 1	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 2	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas apresentadas e resolvidas no nível 3	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Número de queixas tramitadas para tribunal	10-20% do planificado	<10%	0%

- **Envolvimento das Partes Interessadas em Actividades de Monitoria**

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MGQR, serão preparados e os principais indicadores monitorados pela equipe de salvaguardas sociais e ambientais na UIP central. As reuniões anuais serão realizadas pela UIP incluindo as unidades técnicas regional/distritais e os representantes das PIAs para discutir, e rever os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas com base nas experiências tidas no terreno. As PIAs terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de engajamento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de engajamento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias.

O monitoramento e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIAs são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do engajamento das PIAs possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do engajamento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o engajamento efectivo das PIAs;
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com as PIAs;
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o engajamento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS;
- Retorno das PIAs em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a UIP irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorias e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoramento serão compartilhados.

- **Retorno da comunicação às Partes Interessadas**

O PEPI será periodicamente revisto e actualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente refletidas no PEPI.

A seguir estão os requisitos de retorno às PIAs para este PEPI:

- **Relatórios Trimestrais** - A UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e isso incluirá:
 - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente;
 - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos;
 - Registo e resolução de reclamações- referentes ao período e as soluções adoptadas para resolvê-las;
 - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI;
 - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto;
- **Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas** - As UIPs compilarão um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de engajamento com as PIAs, ponto de situação de resolução de queixas e reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- **Reportar às Comunidades** - Será responsabilidade das UIPs reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
 - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto;
 - Principais conclusões do monitoramento anual do PEPI.
 - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites da AFAP e da MIRN e enviar cópias dos relatórios às partes interessadas.
 - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público.
 - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, os média social pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nas subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MGQR constituirá um mecanismo que irá permitir as PIAs, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactos do projecto e dos programas de mitigação definidos.

- **ANEXOS**
- Anexo 1 – Relatórios de Consulta Pública

PROJETO: PROJETO DIGITAL STP	
Objetivos desta consulta pública:	
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o projeto e o SEP às partes interessadas e afetadas (PIAs); • Apresentar os instrumentos de gestão ambiental e social, desenvolvidos até agora, os APIO e recolher contributos, sugestões e recomendações a incorporar nos documentos citados. 	
Infraestrutura utilizada	
Data de realização: 25/10/2021	
Local:	
<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma digital ZOOM 	
Horário: 10:00 às 13:30	
Sobre os Participantes	
Quantidade estimada: 50	Quantidade Alcançada: - Participantes via zoom: 21
<ul style="list-style-type: none"> • Representante do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Energia • Representante do Regulamento da Autoridade Geral da Energia, Água e Telecomunicações – AGER • Representante da Região Autónoma do Príncipe – RAP • Representante da Empresa Santomean Telecomunicações - CST • Representativa da UNITEL • Representante da AFAP • Representante da STP – Cabo • Representante da Direção-geral do Ambiente • Representante da sociedade civil e das ONG • Especialistas em salvaguardas ambientais e sociais de diferentes projetos 	

Conteúdo, comentários, sugestões, esclarecimentos, etc.
Tema / justificação proposta:
Divulgação do projeto, em especial do SEP às partes interessadas e afetadas (APIC) para cumprir os requisitos do ESS 10 do WB QAS.
Sobre o Encontro
Tópicos Abordados:
A reunião foi aberta pelo Engenheiro Deolindo Costa – Assessor de Telecomunicações do Ministro da Mirne, que agradeceu a todos pela sua presença, apelou à participação ativa de todos os participantes para o sucesso do encontro e informou sobre a importância do projeto STP DIGITAL para São Tomé e Príncipe.

O engenheiro Adilson Carneiro da Silva – Especialista e Responsável pelas Salvaguardas Ambientais e Sociais da AFAP, agradeceu ainda aos participantes a sua presença, explicou como seria feita a consulta pública, identificou o painel de participantes e representantes em geral, explicou as razões da realização da CP, e pediu uma participação atenta e ativa de todos. Informou ainda que a moderação do evento seria feita e conduzida por si próprio.

Depois, o engenheiro Deolindo Costa, apresentou o projeto, falou e explicou como surgiu o projeto, as razões da criação deste projeto, identificaram os benefícios deste projeto para a STP, em particular para a população da Região Autónoma do Príncipe. Indicou que o projeto suscitou um interesse considerável por parte do Governo, tendo em conta as grandes melhorias de infraestruturas que o RAP deverá alcançar com a conclusão das ações deste projeto, mas que para que isso aconteça a participação das partes interessadas é fundamental.

O Engº Adilson Carneiro da Silva, fez uma apresentação no Power point, identificou as ações já realizadas no projeto até agora, apresentadas em detalhe as atividades e ações do PPA do projeto e os respetivos montantes atribuídos a cada um deles.

Informou que o SEP agora apresentado, deverá ser implementado durante a fase de implementação do PPA e que, para a fase geral de implementação do projeto, será necessário atualizar ou produzir um novo SEP.

Referiu-se aos instrumentos ambientais e sociais que podem ser necessários e elaborados durante a fase de implementação do projeto, apresentou o SEP, definiu e explicou a importância do SEP, referindo que o SEP é um dos instrumentos do FSE 10 do FSE. O MRR - Mecanismo de Resolução de Reclamações foi explicado em pormenor e aproveitou para incentivar os presentes a utilizarem o RM para apresentarem as suas queixas, pareceres, sugestões ou outras matérias relevantes para o projeto. A identificação e definição dos termos utilizados nos instrumentos E&S, tais como: PI (Partes Interessadas), PAP (Parte afetada pelo projeto), MRR (Mecanismo de Resolução de Reclamações), ESS (Normas Ambientais e Sociais), FSE (Quadro Ambiental e Social), etc.

O Especialista/Responsável pelas Salvaguardas Ambientais e Sociais da AFAP abordou ainda questões como: (i) objetivos do SEP; ii Envolvimento das partes interessadas; (iii) Identificação dos PI's e pap's e das suas necessidades; iv Indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis; Riscos Ambientais e Sociais/impactos do Projeto; v Partes interessadas e afetadas pelo projeto IAP envolvimento/consulta; vi Disposições institucionais para a execução dos projetos; (vii) Código de Conduta e Ética; (viii) Estratégias de envolvimento do IAP (divulgação e consulta), incluindo os vulneráveis; ix Mecanismos de Resolução de Reclamações de Projetos.

Após a apresentação, a sessão foi aberta para a apresentação de comentários, perguntas e respostas, nas quais foram levantadas as seguintes questões:

Nome do participante	Perguntas/Comentários
1. José Cassandra – Ex-presidente ou ex-presidente do Governo Regional do Príncipe - Antepassado do atual Presidente	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="243 1732 1429 1837">• Apetece-me dizer "finalmente, Deus ouviu as nossas orações" e vai ajudar-nos no RAP a alcançar uma reivindicação objetiva e de longa data sobre a melhoria do serviço de internet e telecomunicações.<li data-bbox="243 1848 1429 1879">• Tendo em conta a importância deste projeto para o RAP, e a grande necessidade do RAP nesta

melhoria dos serviços digitais, na prática, como pensa o projeto, envolver o Governo da Região Autónoma do Príncipe na Gestão deste Projeto?

-
- Quem serão as pessoas ou instituições diretamente envolvidas na gestão deste projeto e como é que alguém pode interagir com estas pessoas?
- Apesar da importância estratégica deste projeto, devo, obviamente, alertar para os elevados indícios de potenciais impactos ambientais negativos e para as pessoas em geral que as ações deste projeto podem afetar a vida das pessoas e a biodiversidade no desenvolvimento de obras e instalações de infraestruturas.
- Quero saber que ações o projeto irá tomar para mitigar e minimizar estes riscos e impactos ambientais e sociais que podem acontecer?

Resposta: Como já referimos, o projeto terá várias interferências em termos institucionais, o Governo Regional do RAP será certamente uma das entidades mais envolvidas neste processo, e faremos questão de trazer as instituições do RAP devidamente representadas ao longo de todo o processo e momento deste projeto.

Como já hoje indicámos, quando falámos sobre salvaguardas ambientais e sociais, sendo uma área muito importante na gestão dos projetos financiados pelo Banco Mundial, este projeto tem mecanismos e instrumentos importantes no aspeto E&S, pelo que podemos garantir que todas as questões de impacto e riscos negativos para o ambiente e para as pessoas serão devidamente abordadas. A título de exemplo, foi hoje indicado que o FSE e o FSE são instrumentos que o BANCO tem à sua disposição para realizar e mitigar todos os riscos ambientais e sociais do projeto.

Para já, dispomos dos instrumentos ESCP e SEP, mas esperamos produzir muito em breve outros instrumentos, como por exemplo o ESMF, o LMP, o WMP, o BMP, o APGBV e muito mais. O ESIA, como este instrumento que é bem conhecido de todos, também será elaborado e, como já viram, será elaborado ainda na fase de implementação do PPA.

2. Maria Mendes - Presidente do Conselho de Administração da AGER

- Felicitou os dois oradores e os que foram apresentados, soube explicar e informar muito bem sobre o projeto e os seus objetivos e pediu a Deus que nos ajudasse a implementá-lo e, ao mesmo tempo, dar aos responsáveis a capacidade de saberem formar e capacitar o pessoal nacional no sentido de poderem gerir e manter tudo o que é implementado por este projeto.
- Perguntou como poderia agir, contribuir e beneficiar das ações do projeto, e como o projeto poderia apoiar a AGER em ter uma melhor capacidade técnica para responder aos desafios atuais e futuros que aparecem todos os dias. Questionou também a relevância dos fundos de saúde, se o pessoal da MH, juntamente com os gestores de projetos, continua a ter a noção de que existem outras doenças e não terminou simplesmente porque quem decretou o estado de Pandemia.

Resposta: Estamos a falar de um projeto digital focado no cabo submarino e na fibra ótica, claro que a AGER é uma das instituições mais importantes deste projeto. Desde o início que temos procurado que a AGER participe nas reuniões do projeto e parece-me que esta ação será cada dia mais robusta e comprometida com as atividades do projeto.

Quanto à limpeza das necessidades da AGER em termos técnicos e humanos, a fim de monitorizar adequadamente o projeto, acreditamos que, a seu tempo, estas questões e necessidades serão

desencadeadas e atendidas de acordo com a disponibilidade, planos, responsabilidades do projeto

4. Dra Ana Maria dos Prazeres – Delegada em representação da Direção-geral do Ambiente no RAP

- Felicito os oradores pela brilhante apresentação e informação sobre este importante projeto. Mas não podemos concentrar-nos apenas nas coisas boas. Há coisas más, o projeto não pode ser implementado apenas com a participação e contratação de pessoas de São Tomé. Gostaríamos que as pessoas do Príncipe também se envolvessem intensamente e até contratassem para fazer parte da equipa de gestão de projetos.
- O Engº Adilson disse aqui que está a ser discutida a intenção de contratar um gabinete para, juntamente com os estudos e levantamentos marítimos, também levar a cabo o EIAS. Pergunto se o TOR ou qualquer outro documento para tal, teve a participação de alguém do RAP e com responsabilidade ou elevado conhecimento desta causa?
- O barco que faz investigação marítima e que ficará no mar durante vários dias precisa de organizar determinada logística, como o fornecimento de abastecimentos aos trabalhadores, o transporte de resíduos, a utilização de óleos, combustível, etc., será que algum prestador de serviços rap será privilegiado ou atraído para uma prestação de serviços?
- Além disso, porque não o próprio projeto será instalado na sua UIP em RAP?

Resposta:

Os projetos, na contratação de colaboradores, fazem-no através do serviço de aquisição, e sabemos que são feitos através de concursos públicos.

Pensamos e sabemos que o RAP, nas suas diferentes instituições que se concentrarão nas ações do projeto, nomeará pontos focais para ter a oportunidade de participar nas ações do projeto.

O projeto ainda não tem pessoal direto para trabalhar, e os documentos produzidos para o contrato foram analisados e discutidos entre especialistas do Banco Mundial (pessoas muito experientes), especialistas da AFAP, pessoal da MIRNE e, em particular, Engº Deolindo Costa presentes.

Uma vez que são peritos experientes e com conhecimentos mistos sobre questões nacionais e internacionais, bem como pormenores técnicos muito específicos de diferentes áreas, imaginamos que os interesses das pessoas do RAP serão salvaguardados, sendo uma preocupação dos intervenientes no projeto.

5. Dr. Filipe Nascimento – Presidente do Governo Regional da Região Autónoma do Príncipe

- Em primeiro lugar, parabéns aos oradores, graças ao Banco Mundial e ao Governo Central pela sua perspicácia e inteligência na angariação de fundos para esta importante infraestrutura para o RAP.
- Reforçando tudo o que os participantes anteriores têm vindo a levantar sobre o RAP, devo apresentá-lo neste palco, onde vejo a presença de pessoas que podem ajudar o RAP a ser ainda mais participativa e a tomar decisões, nas ações que o preocupam diretamente.
- Peço aos oradores que, nas suas futuras ações durante a vida do projeto, se lembrem hoje e tentem sempre encontrar formas de envolver mais pessoas do RAP em assuntos que lhes dizem respeito.

Resposta:

Deixamos o nosso compromisso de estar sempre atentos ao envolvimento e participação das pessoas do RAP nas ações do projeto, sempre que tal se justifique.

Para já, nesta fase de PPA, será criado um comité de trabalho técnico, composto pelo Engº Deolindo, um ponto focal CST, um ponto focal UNITEL, um ponto focal do AGER e um ponto focal do RAP. Assim, aproveitamos para solicitar ao RAP que possa nomear o ponto focal para participar neste comité técnico.

6. Dr. Emery D'Alva - Representante da CST

- Uma vez que se trata de um projeto muito importante para a STP, sabe-se que a CST como empresa tecnológica será uma das partes interessadas neste projeto.
- Como serão os próximos passos, como é que a CST vai estar envolvida, quando teremos a partilha de documentos mais relevantes e importantes sobre o projeto, em suma, mais detalhes técnicos, onde os cabos passarão, quais as ligações, os tipos de fibras a utilizar, qual é a participação da CST, a qualidade e durabilidade do material, que é a pessoa da CST que fará parte do comité técnico, sabendo que a CST tem vários sectores e todos eles são importantes num projeto desta magnitude para a STP.

Resposta:

Ainda estamos na fase de preparação do A&S e de outros instrumentos para o projeto.

Ainda assim, não existem documentos técnicos sobre a tecnologia digital e as telecomunicações no projeto.

Quanto ao comité técnico, sempre que for necessário envolver um especialista de uma área diferente no domínio do ponto focal que é nomeado para participar na comissão, obviamente, a participação será solicitada e aceite.

7. Dr. José Lino Teixeira - Representante da UNITEL

- Este projeto é de grande relevância para a STP e muito oportuno para as empresas de telecomunicações. No entanto, é urgente que saibamos mais pormenores técnicos e a articulação da participação no sentido da participação da UNITEL e de outras empresas de telecomunicações.
- Que esta iniciativa de consulta pública e consulta não pare por aí.
- Peço ao Engº Adilson que partilhe informações e documentos do projeto.

No final, tanto o Engº Deolindo como o Engº Adilson agradeceram a todos pela disponibilidade e participação nesta consulta pública. As intervenções foram registadas, a equipa do projeto deve dar o devido tratamento e envolvimento das partes interessadas e é certo que a consulta e consulta pública serão um processo participativo e frequente deste projeto.

STP PROJETO DIGITAL

Ligação de Fibra Óptica através de cabo submarino a ilha do Príncipe

BANCO MUNDIAL / AFAP / GovSTP

Adilson silva

AFAP

Filipe Nascimento - PGR P...

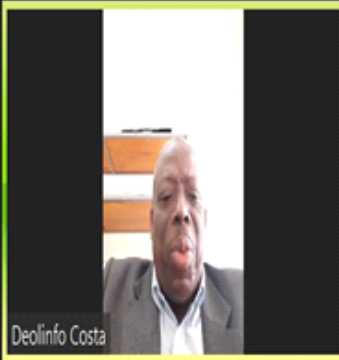
Emery d'Alva

Deolinfo Costa

F NETO

Desativar mudo | Iniciar Vídeo | Segurança | Participantes 18 | Bate-papo | Compartilhar tela | Pausar/Interromper Gravação | Reações | Aplicativos | Encerrar

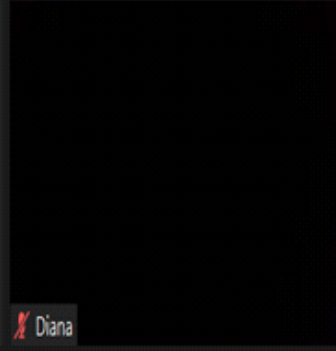
Escreva aqui para procurar | 36 | 28°C Aguaceiro



Deolindo Costa

AFAP

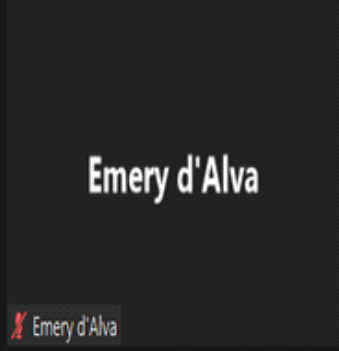
AFAP



Diana



Helmer Dias RAP



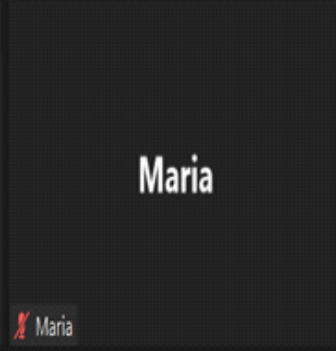
Emery d'Alva

Emery d'Alva



José Lino Teixeira

Pedir para ativar som



Maria

Maria



AGER

AGER



Adelaide Fahe

Adelaide Fahe



Adilson silva



Wilson Bragança

Wilson Bragança



Walker Viana

Walker Viana



Hara Silvério

Hara Silvério



F NETO

F NETO

